

Resenha

O capital monopolista financeiro no Brasil

John Kennedy Ferreira¹

ROCHA, Ronald. *Anatomia de um credo: o capital financeiro e o progressismo da produção*. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2018. 148 p.

Antônio Ermírio de Moraes foi símbolo do capitalismo industrial brasileiro, criticava a ostentação dos novos ricos e o sistema financeiro. Certa feita, entrou numa loja para comprar um relógio importado e o vendedor vendo seus trajes humildes lhe avisou que “não era para seu bico”, mal sabia o comerciante que estava diante de uns dos brasileiros mais ricos. Vestia-se simples e, reza a lenda, que usava as roupas de seu falecido pai. Para além disso, sempre foi um crítico contumaz do sistema financeiro, chegou a dizer: “Se não acreditasse no Brasil, seria banqueiro.” Isso porque em uma época de crise sua empresa pegou um empréstimo que levou 15 anos para pagar.

Nesse período, a estruturação do capital monopolista estava iniciando a sua engrenagem no Brasil e predominava a ideia de que havia uma burguesia nacional progressista, defensora dos interesses nacionais frente aos capitais estrangeiros e financeiros. Antônio Ermírio foi um herói burguês da industrialização tardia, foi saudado na sociedade como líder das “classes produtoras”.

Antônio Ermírio viveu o apogeu de um capitalismo industrial onde, na maior parte de sua vida empresarial, não havia a fusão monopolista de capitais industrial e financeiro (GORENDER, 1981, p. 107).

Essa aura romântica e esse debate que se desenvolveu nos anos de 1950, 60 e até os anos 80, sobre o papel progressista de uma burguesia nacional produtora, voltou requeitada com a chegada dos governos social-liberais no ano de 2002 (BOITO, 2017; MARTUSCELLI, 2018; ALMEIDA, 2019). O crescimento que se viu com o mercado interno aquecido e com a poderosa intervenção do estado, favorecendo grupos nacionais em disputas internas e externas, levou a que não poucos observadores imaginassem o surgimento de uma poderosa burguesia interna capaz de gerar uma nova fase de prosperidade ao capitalismo brasileiro. Não foram poucos os que enxergaram o Brasil como sócio menor do seletivo grupo dos países imperialistas (FONTES, 2009, p. 115).

¹ Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). *E-mail*: jotakennedy@yahoo.com.br.

Pouco tempo depois dessa euforia toda, o governo social-liberal de Dilma caiu sem luta, sem que o seu principal beneficiado, a “burguesia interna”, tomasse qualquer posição concreta para defender seus interesses. O que levou a muitos a se perguntarem por que não houve nenhuma resistência dessa fração política?

Ronald Rocha se propôs a debater a formação atual dos capitais brasileiros e, de sorte, fazer uma anatomia da composição orgânica de sua estrutura *in démarche* de seus interesses políticos.

Dessa maneira realiza seu trabalho em três grandes abordagens: a primeira será sobre a composição antiga dos capitais financeiros, a segunda sobre os capitais financeiros no século XXI e, por fim, a decorrência política desse novo capital nos dias que se segue no Brasil.

Logo de cara, Rocha mostra que se formou um mantra que se repete ano após ano nos jornais, na academia e mesmo em segmentos da esquerda: uma separação fictícia entre um capitalismo “produtivo” e financeiro. Segundo essa lenda, os capitais especulativos vampirizam a sociedade e os capitais produtivos. Por essa lógica, os capitais usurários seriam uma espécie à parte do capital.

Rocha lembra que desde o século XVIII, os juros modernos advêm da própria realização da mais-valia, isso é: uma manifestação do lucro empresarial que se divide enquanto capital empregado na produção ou comércio e outro, em juros do capital crédito, mas a sua origem é a própria mais-valia extraída da produção da mercadoria.

Destaca que tal mobilidade ocorre em função do desenvolvimento da sociedade civil burguesa nos séculos XVII e XVIII, que apresenta o ser como indivíduo autônomo e exclusivo, que se desenvolve a partir de sua própria iniciativa. Essa imaginação reificada qualifica e vê a individualidade (de seu capital) como sendo oprimido por um movimento usurário, o que leva a pequena-burguesia emparedada – e com pequena margem de lucros entre as grandes corporações – a crer que a sua produção está limitada ao pagamento de juros. Sonha-se até com um paraíso terrestre sem os juros. Evidente que esse setor abstrai o fato concreto de que seus negócios não teriam começado e nem prosperado sem o capital financeiro e, portanto, imaginam-se eles os “produtores” onerados pela financeirização da economia.

Por essa ideação, grandes magnatas brasileiros, suas milionárias federações industriais, mais acadêmicos e imprensa, apresentam esse grupo econômico como “produtores” e vítimas que são massacradas pelo capital financeiro, esquecendo o fato de que a riqueza advém do trabalho humano expropriado e transformado em mais-valia. Rocha recorda que há mais de 100 anos o capital financeiro centraliza em um todo orgânico toda a mobilidade dos capitais.

Retoma então ao processo que desencadeia a financeirização do mundo, lembrando os estudos e as resoluções dos Congressos da Social-Democracia, com a produção intelectual de John Hobson (*Imperialismo*, 1902), Rudolf Hilferding (*O capital financeiro*, 1910), Rosa de Luxemburgo (*Acumulação primitiva*, 1914) e Vladimir Lênin (*Imperialismo, fase superior do capitalismo*, 1917). Deixando claro que a partir do momento que o houve a fusão entre os capitais industriais e financeiros, os velhos capitais autônomos entraram em decadência, tendo como futuro ou se fundir aos grandes conglomerados ou perecer.

De lá para cá a financeirização avançou muito, bastando ver que entre 1980 e 2006 cresceu 14 vezes, enquanto o PIB apenas cinco vezes. As terceira e quarta revoluções industriais dotaram o capital de uma imensa velocidade, isso dá a impressão de que o capital não tem base material, mas ao contrário, nunca a exploração e a extração de mais-valia foram tão amplas e intensas. Dessa maneira conforma-se um capital monopolista financeiro.

Rocha demonstra que o núcleo de compreensão do sistema capitalista não está na circulação ou no humor ou outras subjetividades do mercado, mas sim o processo anárquico de produção de mercadoria, o que é determinante para entender as crises de 2008 e 2014 e própria política brasileira.

Aqui observamos de que forma as opções dos conglomerados monopolistas financeiros decidiram por terminar a experiência social-liberal brasileira, pois essa fração superior do capital

transformou a massa de empresários em sua tributária, bem como adquiriu um peso dominante na exploração do trabalho, na vida social, no controle da mídia, no funcionamento dos órgãos estatais, na correlação de forças parlamentares, na elaboração das políticas governamentais e no exercício da hegemonia (p. 87).

A partir do instante em que o condomínio monopolista financeiro determina as relações sociais, a própria lógica de superação da dependência se torna uma quimera, já que as relações imperialistas se naturalizaram e tornam-se partes da realidade geral com o imperialismo agindo internamente e externamente em seu próprio proveito. Dessa maneira a questão soberana nacional deixa de ser um apanágio burguês e se “converteu uma tarefa prioritária dos trabalhadores, na exata medida em que a questão proletária se transformou em imperativo nacional” (p. 91).

De igual forma processa-se uma alteração profunda no aparelho do estado, que passa a agir conforme os interesses do capitalismo monopolista financeiro, onde o estado passa a ser um facilitador dos interesses privados. Se antes a bancarrota liberal (1929) levou a burguesia a colocar limites à livre concorrência, nos dias hoje se segue o contrário, o casamento entre os oligopólios nacionais e o estado é substituído pelo fortalecimento da livre iniciativa monopolista financeira tanto nos aspectos voltados à privatização

como nas concessões. São duas faces possíveis da ação e alargamento ou não, das políticas monopolistas financeiras e seu estado.

Ou seja, a caracterização do estado como monopolista e financeiro define ainda dois momentos de análise: o primeiro, mostrando as dimensões e particularidades nacionais em comparações com outras experiências. Rocha toma, por exemplo, os países que fizeram rupturas com o sistema financeiro mundial (Cuba, China etc.), chama a atenção que as concessões feitas ao sistema capitalista foram realizadas por estados sobre o controle de organismos revolucionários e comunistas e, em seguida, mostra que as concessões feitas pelo estado brasileiro foram promovidas por um estado burguês sobre controle do capital monopolista financeiro. Daí decorre algumas falsas compreensões: a mais notória de todas é de limitar o universo das ações do proletariado ao limite da ordem burguesa, crendo por falsa análise da realidade e da história em que há “uma etapa” de democracia burguesa, decorrendo novos pactos com a burguesia nacional anti-imperialista etc.

A segunda, e tão importante quanto primeira, é a limitação teórica que a falsa análise da realidade produz, já que limita a ação e a imaginação dos partidos e movimentos dentro de um estado dominado (interna e externamente) pela ação imperialista e de seu condomínio monopolista financeiro.

Voltemos a Antônio Ermírio de Moraes, este, ao fundar o Banco Votorantim (BV), disse que “a ideia era não pagar os juros cobrados pelo mercado e estabelecidos pelo Banco Central”. Poucos anos depois, o BV já era um dos mais importantes bancos financeiros do país. Antônio Ermírio de Moraes Neto, herdeiro desse importante grupo econômico, saúda o crescimento explicando a habilidade e mobilidade que a financeirização possibilitou à corporação.

O livro de Ronald Rocha é uma contribuição que chegou silenciosa e aos poucos vai ganhando voz no debate após o golpe de 2016. Enquanto alguns se preocupam em criar uma nova burguesia, em crer na autonomia das frações burguesas, Rocha mostra o inverso, como deve se organizar e se preparar as classes proletárias e populares para os embates no centro de uma nova realidade concreta: o capitalismo monopolista financeiro.

Por fim, as de 148 páginas do livro são bem escritas, acinzentadas cansando menos ao leitor. O autor é conhecido pelo seu refinado marxismo e exigente erudição, a orelha vem com um bom comentário do líder sindical José Reginaldo Inácio e, na outra orelha, uma breve apresentação biográfica do autor. Já no corpo, segue uma apresentação muito boa de Carlos Machado, diretor do Sinpro-MG.

Um bom texto e uma boa contribuição para os dias que se seguem!

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Burguesia nacional e burguesia interna: elementos para a análise da atual fase do imperialismo*. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 43, 2019.

BOITO JR., Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Ed. Unicamp/Unesp, 2018.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *Classes dominantes, política e capitalismo contemporâneo*. Florianópolis: Editora em Debate/UFSC, 2018.

ROCHA, Ronald. *Anatomia de um credo: o capital financeiro e o progressismo da produção*. Belo Horizonte: Ed. O Lutador, 2018.

VOTORANTIM. Site oficial. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/tudo-sobre/antonio-ermirio-de-moraes/>>, acessado em: 9 mar. 2020.

REVISTA ISTOÉ Dinheiro. Ermírio, o banqueiro. Ed. 16 abr. 2008. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20080416/ermirio-banqueiro/13009>>, acessado em: 9 mar. 2020.

Como citar:

FERREIRA, John Kennedy. O capital monopolista financeiro no Brasil (resenha). *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 26, n. 1, pp. 385-9, jan./jun. 2020.

Data do envio: 14 mar. 2020

Data do aceite: 12 jun. 2020

